# A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS E NECESSIDADES

FABIO RICARDO FERNANDES

RESUMO
O artigo "A Formação de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: Desafios e Necessidades" investiga as lacunas formativas que impactam a atuação de educadores no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e suas consequências para a efetividade da educação inclusiva. O objetivo principal do estudo é identificar os principais desafios enfrentados pelos professores na formação inicial e continuada, visando aprimorar sua capacidade de atender alunos com necessidades educacionais especiais. A metodologia utilizada abrange uma revisão bibliográfica abrangente, juntamente com entrevistas qualitativas com educadores e gestores escolares, o que permite uma compreensão aprofundada das realidades e das dificuldades enfrentadas nas instituições de ensino. Os resultados revelam a ausência de capacitação específica, recursos inadequados e suporte institucional insuficiente, fatores que comprometem a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas. Em conclusão, o artigo defende que, para alcançar uma educação realmente inclusiva, é imprescindível investir na formação contínua de professores, além de promover uma articulação mais eficaz entre políticas públicas, escolas e famílias. Isso garantiria que os educadores estivessem devidamente preparados para lidar com a diversidade na sala de aula, reforçando a ideia de que um compromisso coletivo é fundamental para transformar a prática educativa e assegurar que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. A pesquisa justifica-se pela urgência em promover essa formação contínua e especializada, destacando que investimentos em capacitação beneficiam não apenas a prática docente, mas também criam um ambiente escolar mais justo e acessível. Portanto, a construção de um saber docente que contemple metodologias inclusivas e recursos adaptados é essencial para que todos os alunos se sintam valorizados e potencializados em seus processos de aprendizagem. Ao final, o artigo conclui que para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva, é essencial investir na formação continuada dos professores, além de promover uma maior articulação entre as políticas públicas, as escolas e as famílias, assegurando que os educadores estejam preparados para lidar com a diversidade na sala de aula. A implicação é clara: um compromisso coletivo é fundamental para transformar a prática educativa e garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusão. Atendimento Educacional Especializado (AEE).

## INTRODUÇÃO

A formação no ambiente escolar não está vinculada a uma única função, mas sim a “dar forma” a múltiplos aspectos que incluem, entre outros, a didática, a racionalidade, a planificação e a otimização dos percursos de ensino-aprendizagem, considerando os momentos indissociáveis do saber, do saber fazer e do saber ser.

A formação de professores é um processo dinâmico que contempla uma evolução profissional crescente e permanente, em relação dialética tanto com a complexa sociedade atual quanto com a pluralidade de novas necessidades formativas, diferentes e heterogêneas, que exigem respostas educativas e didáticas funcionais e eficazes. A aquisição de uma profissionalidade docente adequada é uma operação complexa, na qual se integram aspectos formais e informais; é necessário gerir também os elementos problemáticos, com espírito de investigação, reflexividade, consciência metacognitiva e competências fundamentais derivadas da formação inicial dos professores. Essas competências permitem que eles aprendam a aprender com suas próprias experiências de forma inteligente, encontrando soluções concretas para as dificuldades enfrentadas em sala de aula.

Na formação de base dos professores, desenvolve-se uma matriz cognitiva e cultural capaz de orientar a posterior formação em

serviço, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida e de promover a aquisição de atitudes críticas, de investigação e de inovação no ensino em sala de aula. O professor inclusivo é um profissional preparado e reflexivo, que cuida do seu próprio crescimento cultural, aprimora sua formação educacional pessoal, adquire novas habilidades e competências e desenvolve projetos inovadores, exercendo uma "profissão" em progresso, orientada para o uso de práticas formativas em contexto escolar, capazes de favorecer uma aprendizagem cooperativa, metacognitiva e funcional, que responda às necessidades de todos os alunos.

Novas competências são desenvolvidas graças à ideia de uma escola renovada, caracterizada pela cultura do respeito e da corresponsabilidade ético-civil em relação à diversidade, valorizando as oportunidades e os recursos de cada aluno. Isso é realizado através de respostas eficazes às necessidades educativas de todos e de cada um, educando para um mundo mais justo.

A justificativa para a pesquisa neste contexto está na urgência de promover a formação contínua e especializada dos professores. Observa-se que investimentos em capacitação não apenas beneficiam a prática docente, mas também cultivam um ambiente escolar mais justo e acessível. A construção de um saber docente que incorpore metodologias inclusivas e recursos adaptados é essencial para que todos os alunos se sintam valorizados e potencializados em seus processos de aprendizagem.

Os objetivos deste estudo incluem a identificação das principais lacunas na formação de professores para o atendimento educacional especializado, a análise das necessidades pedagógicas emergentes no cotidiano escolar e a proposição de diretrizes que orientem a formação inicial e continuada desses profissionais. Dessa forma, busca-se contribuir para a construção de um modelo educacional mais inclusivo e eficaz, garantindo que cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial em um ambiente que valorize a diversidade.

A metodologia utilizada neste estudo foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica em artigos científicos, livros, periódicos, internet. Esta técnica procura explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas existentes sobre determinado assunto, tema ou problema. O levantamento das fontes de publicações foi realizado por meio de pesquisa em bases de dados de acesso via internet tais como a biblioteca Scielo, Google Acadêmico, utilizando os termos: Formação, Professores, Educação, Inclusão. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento. Nesse tipo de pesquisa dados como hábitos, atitudes e comportamentos são analisados de forma mais detalhada, o que nos permite um maior embasamento no desenvolvimento deste.

## A ESCOLA INCLUSIVA

A escola para todos e para cada um tem como objetivo proporcionar a cada aluno respostas educativas adequadas às suas necessidades específicas. Isso envolve a acolhida das diversas emergências educativas e a proposição de mudanças profundas na forma de "fazer escola", fundamentais para a criação de um contexto de aprendizagem inclusivo para todos. Se o processo de integração se baseia na adaptação (frequentemente uma normalização assimilatória) de alunos com "necessidades educacionais especiais" a uma organização escolar estabelecida, a perspectiva inclusiva não mede a distância a um padrão de adequação. Em vez disso, reconhece as diversidades, colocando-as no centro da ação educacional.

A escola é um lugar vital para medir a capacidade de uma comunidade de criar aceitação das diferenças em uma perspectiva dialógica e inclusiva. A inclusão não é assimilação ou adaptação passiva do educando a um modelo predefinido pelo professor, mas sim um encontro com o outro, que é produtor de conhecimento e aprendizagem, em um momento de crescimento individual e coletivo. Inclusão é acessibilidade aos locais de moradia de todos, direitos de cidadania, educação, cuidado e sociabilidade (FERNANDES, 2019).

A inclusão visa à convivência produtiva das diferenças e diversidades, fruto de processos de troca e inter-relação com outros contex-

tos educativos acolhedores (socioculturais, relacionais, físicos, etc.), que reconhecem os direitos de cidadania e a participação escolar e social de cada pessoa.

A legitimação da perspectiva inclusiva não pode ignorar a remoção de obstáculos e barreiras culturais e sociais que impedem a plena participação e a assunção direta de responsabilidades, com o objetivo de promover a autonomia pessoal de cada indivíduo, por meio da disponibilização de contextos efetivamente inclusivos, que visem à melhoria da qualidade de vida e à cultura da participação. A educação inclusiva representa um dos princípios fundamentais para a promoção de uma sociedade mais justa, capaz de assegurar direitos de cidadania ativa a todos os seus membros, respeitando as necessidades específicas de autonomia e participação.

A escola inclusiva, entendido como um contexto educacional em "movimento", não vinculado a normas rígidas e homogeneizadoras, é orientada para promover a educação para todos, favorecendo a mudança estrutural da organização escolar para transformá-la em uma instituição altamente democrática, que possibilite a participação de todos os alunos, sejam eles especiais ou não, na comunidade (PEREIRA, 2011).

A perspectiva inclusiva não diz respeito apenas aos alunos com deficiência, mas envolve todos os sujeitos vulneráveis com necessidades educacionais específicas. Boas práticas inclusivas delineiam uma escola que não é marginalizada, onde um bem-estar generalizado pode ser alcançado por meio de mudanças muitas vezes radicais em políticas, estratégias e métodos de ensino. Neste contexto, a abordagem tradicional de ensino deve ser superada, projetando-se uma escola para a construção compartilhada do conhecimento, acessibilidade plena, pertencimento à comunidade de aprendizes, justiça social e equidade educacional para cada aluno. A complexidade das necessidades educacionais requer uma formação renovada de todos os professores, tanto especializados como não especializados, a fim de reforçar sua bagagem teórica e prática de competências funcionais para realizar uma "leitura" atenta das necessidades de cada aluno.

A educação inclusiva deve pressupor o fim de todo processo de exclusão e marginalização na escola e no contexto social, implicando uma mudança efetiva no papel e nas funções de todos os professores. Isso inclui a superação da distinção tradicional entre docentes curriculares e professores de apoio especializado, com o objetivo de promover uma escolarização inclusiva, onde as habilidades especiais e não especiais possam "contaminar-se" de maneira dialética e construtiva.

Neste sentido, é fundamental ressaltar a importância de se passar do paradigma tradicional de apoio e ajuda individual para a difusão e evolução de redes de apoio dentro de um contexto educativo verdadeiramente democrático e inclusivo. O professor de apoio não deve limitar suas funções ao suporte exclusivo de alunos com deficiência ou "necessidades educativas especiais", mas deve oferecer aos colegas sua bagagem teórico-prática e experiências adquiridas, atuando como um agente facilitador em uma escola onde todos os professores adotem estilos, atitudes, competências e práticas inclusivas (SILVA, 2017).

A inclusão exige uma revolução radical na estrutura institucional-organizacional e didática do "fazer escola" e uma modificação fundamental nos espaços, tempos e métodos de acessibilidade ao conhecimento. Também é essencial revisar as relações comunicativas e a gestão comum da aprendizagem, incentivando a adoção de práticas pedagógicas inovadoras e não tradicionais, que possam reestruturar a escola, entendida como comunidade educativa.

A formação de "professores inclusivos" deve se integrar em uma escola que já contemple os elementos fundantes da lógica inclusiva. Nela, atitudes, opiniões, modos de relacionamento, corresponsabilidade dos professores, acessibilidade ao conhecimento e a pluralidade de competências devem ser igualmente valorizados, tanto do ponto de vista curricular como na elaboração do Projeto de Vida da pessoa com deficiência, visando sua inserção em um cenário social e cultural amplo.

A escola inclusiva não distingue papéis e funções entre professores especializados e curriculares, mas valoriza perfis de professores inclusivos que facilitam a evolução do

conhecimento e da aprendizagem, compreendendo esses processos como contínuos e dinâmicos que levam cada aluno a "aprender a aprender" de maneiras únicas, originais e irrepetíveis. Isso garante a equidade educacional e a valorização do potencial de cada aluno, independentemente de seu "status" (BRASIL, 2008).

Se a inclusão é legitimada pelo pertencimento, a educação inclusiva deve proporcionar um ensino de qualidade que respeite a pluralidade de necessidades de todos os alunos. Esses ensinamentos devem abranger os principais aspectos de suas vidas, preparando-os para que se tornem cidadãos ativos no mundo. As políticas inclusivas em vigor demandam uma transformação radical do profissionalismo docente e das competências dos professores para "ler" as necessidades de formação e para valorizar o potencial de todos os alunos, promovendo talentos e reduzindo situações de desvantagem.

A escola inclusiva deve estar orientada à pluralidade e à personalização dos percursos de ensino-aprendizagem, sendo um espaço educativo projetado para maximizar as potencialidades e os recursos singulares de todos os alunos. Nesse espaço, o professor especializado, de forma coral e dinâmica, ativa processos funcionais de mediação, negociação e facilitação das dinâmicas de socialização e aprendizagem em uma perspectiva cooperativa, evitando fenómenos de micro e macro exclusão. Portanto, é primordial centralizar o interesse na formação renovada de professores de apoio especializado, considerando a perspectiva da inclusão e as interconexões nos itinerários formativos de todos os educadores (GASPARI, 2015).

A escola inclusiva representa um avanço significativo na busca por um sistema educacional mais justo e equitativo. Ao abraçar a diversidade e promover a participação de todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades especiais, essa abordagem transforma o ambiente escolar em um espaço de aprendizado colaborativo e enriquecedor. A inclusão não se limita apenas à presença física dos estudantes, mas se estende à sua plena participação nas atividades, ao respeito pelas diferenças e à valorização das singularidades de cada indivíduo.

Conclui-se, que a construção de uma escola inclusiva exige um esforço conjunto de educadores, gestores, familiares e da sociedade como um todo. É preciso investir em formação continuada para os professores, desenvolver ações que sensibilizem a comunidade escolar e garantir recursos adequados. Ao promover a inclusão, não apenas oferecemos uma educação de qualidade a todos os alunos, mas também cultivamos valores essenciais, como empatia, respeito e solidariedade. Assim, a escola inclusiva se torna um espaço onde todos aprendem e crescem juntos, preparando cidadãos mais conscientes e engajados.

## UM NOVO "OLHAR" PARA O PROFESSOR ESPECIALIZADO

A nova profissionalização do professor especializado deve envolver a aquisição de hábitos mentais críticos e complexos, que lhe permitam refletir constantemente sobre os acontecimentos educativos, reconhecendo novos conhecimentos, habilidades e linguagens a serviço dos alunos com "necessidades educacionais especiais".

Alunos com necessidades específicas requerem uma atenção educacional diferenciada, não necessariamente especializada, em uma escola de qualidade que esteja alinhada com a lógica da mudança contínua. A intenção educacional na nova formação para professores de apoio deve se opor aos parâmetros de medicalização ou burocratização padronizadora e hierárquica. É crucial não confundir a observação pedagógica ou psicopedagógica com a clínico-diagnóstica; não se deve transformar professores em operadores de diagnósticos clínicos e alunos em potenciais portadores de transtornos ou comportamentos problemáticos. O olhar pedagógico deve observar as potencialidades, sem negligenciar as dificuldades e os problemas, evitando uma busca obsessiva por sintomas e distúrbios (GOUSSOT, 2014).

O novo "olhar" profissional do professor especializado requer uma sólida formação teórica e prática, sempre atualizada, com uma bagagem de competências essenciais que lhes permita desenvolver um estilo de planejamento efetivamente inclusivos, cooperativos e metacognitivos, experimentando percursos de investigação.

Assim, o professor especializado deve refinar sua perspectiva educacional para fortalecer suas habilidades pessoais inclusivas e, ao mesmo tempo, reconhecer as necessidades educacionais especiais de cada aluno, considerando os caminhos de aprendizagem e socialização de pertencimento comum. Enquanto a integração tende a identificar processos de racionalização funcional adequados para acomodar a diversidade dos alunos com deficiência, a inclusão deve se estender a todos, não apenas aqueles que apresentam déficits, fazendo referência ao conjunto das diferentes habilidades. Isso requer uma mudança estrutural na organização e na abordagem educacional, superando o conceito redutor de norma-déficit-necessidade e a normalização que homologa a diversidade (MEDEGHINI, et. al., 2014).

Para escapar da lógica da emergência, o professor especializado precisa se libertar das tarefas tradicionais de cuidado, deve colocar em prática competências e habilidades renovadas e facilitar a construção de uma rede funcional de apoio e assistência no ambiente da sala de aula e no contexto social mais amplo. Isso envolve superar os limites da relação dual entre aluno com deficiência e professor especializado, buscando desenvolver estratégias e práticas inclusivas eficazes.

A legitimação de um perfil profissional inovador exige uma formação acadêmica inicial aprimorada, seguida de uma especialização, que reconheça o rigor epistemológico e fortaleça as competências relacionadas à Pedagogia e à Educação Especial dentro de uma perspectiva inclusiva, com caráter duradouro.

O debate atual sobre as possíveis direções do papel renovado e das competências profissionais do professor especializado – incluindo a especialização exigida para diferentes categorias de deficiência, a formação de professores em disciplinas integradas, a separação dos percursos formativos dos professores curriculares e de apoio, entre outras soluções hipotéticas ainda em discussão – deve ser guiado por duas categorias fundamentais: a flexibilidade nas escolhas culturais, éticas e metodológicas e a necessidade de ser sempre aberto à aprendizagem contínua, baseada na pesquisa e na troca de conhecimento em um contexto dialético e colaborativo (GASPARI, 2015).

A formação técnico-científica deve envolver múltiplas disciplinas e linguagens (pedagogia, psicologia, medicina, etc.), levando ao domínio de competências humanas "plurais", relacionais, técnicas e de planejamento e organização, na medida em que o professor especializado atua como um especialista em mediação educacional, englobando o vasto território da diversidade.

A formação do professor especializado e dos demais educadores na escola inclusiva devem ser caracterizada por conhecimentos e habilidades em evolução constante, apoiadas numa perspectiva educacional que permita reconhecer as potencialidades e os recursos de cada aluno. Isso deve ir além da cultura da suspeição diagnóstica e evitar os riscos de cair em perigosas derivações especializadas. O professor de apoio, junto a todo o corpo docente, deve ser capaz de integrar competências técnicas com habilidades relacionais típicas da relação educacional de cuidado, acolhendo o "diferente" e sua história, oferecendo-se como um espaço adicional de possibilidade e como mediador e negociador de novos significados existenciais (FERNANDES, 2012).

As competências de cuidado do professor especializado, quando consideramos seu valor emancipatório e ecossistêmico, promovem uma gama de oportunidades para desenvolver múltiplos suportes, com caráter de rede, garantindo a cada aluno processos efetivos de inclusão escolar e social. A escola que valoriza o potencial de cada aluno, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2012), atua como uma comunidade inclusiva, onde todos os professores, devidamente formados, ativam processos de mediação e facilitação de relações e aprendizagens em contextos cooperativos de enriquecimento mútuo.

O professor inclusivo deve promover a transição de boas intenções teóricas para práticas inclusivas que respeitem as diferenças, aumentando a autoestima dos alunos que vivem em condições de marginalização sociocultural, atuando no fortalecimento da autonomia pessoal e das capacidades desenvolvidas.

## A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ESPECIALIZADO

A formação do professor especializado deve incorporar o desenvolvimento de habilidades e competências indispensáveis para promover a inclusão e para construir e avaliar projetos educacionais sistêmicos e integrados que atendam às necessidades de cada aluno. O processo formativo deve ser dinâmico e aberto à mudança, adequando-se ao reconhecimento e à valorização das diferentes necessidades educativas dos alunos.

O professor especializado deve ser capaz de reconhecer o que o aluno pode realizar, ou seja, suas potencialidades, e não apenas suas dificuldades, para formular projetos eficazes que beneficiem toda a turma. Algumas metas prioritárias na formação desse profissional devem incluir: a implementação de intervenções educativas para identificação e prevenção de dificuldades; estratégias de ensino flexíveis; uso de novas tecnologias; e a gestão colaborativa de ações educativas em colaboração com serviços e instituições locais. A atenção a esses aspectos aumenta a consciência do professor especializado sobre seu papel facilitador dentro da sala de aula, proporcionada pela flexibilidade das ações didáticas e pela relação de cuidado educacional estabelecida com os alunos com "necessidades educacionais especiais" (SILVA, 2017).

A chave para a mudança é a aquisição de um alto perfil profissional proveniente da formação inicial e contínua sobre pedagogia inclusiva e educação especial, legitimando assim que todos os professores estejam em um percurso de profissionalismo em constante desenvolvimento, aptos a responder efetivamente aos desafios que as novas categorias de diferenças e diversidades apresentam.

No entanto, uma boa escola, propõe elementos concretos para otimizar o papel, as funções e as competências do professor especializado, embora isso possa gerar fatores críticos e pontos de vista divergentes. A separação das carreiras de apoio entre professores especialistas e curriculares, e a criação de uma classe específica para apoio, podem correr o risco de formar professores de maneira direcionada a tipos específicos de deficiência, configurando um percurso formativo que não seja inclusivo, dado seu condicionamento por perspectivas médicas e psicológicas (XIMENES, 2017).

A proposta de um curso específico de especialização em Pedagogia e Didática Especial contempla o papel do professor de apoio especializado dentro de uma classe de competição que abrange desde a educação infantil até o ensino médio, com ênfase em orientações construtivas e aspectos críticos.

O perfil emergente, considerado o processo inclusivo, caracteriza-se por uma dupla perspectiva: como superespecialista em pedagogia, didática e metodologias educativas para diversas deficiências, o professor deverá atuar como "mediador" entre a dimensão pedagógico-didática especial e a didática disciplinar, que cabe exclusivamente aos colegas curriculares. Além disso, por ser especificamente formado em ensino inclusivo, ele deverá desempenhar o papel de coordenador entre os professores do conselho de classe, garantindo maior qualidade na integração.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança nas trajetórias formativas dos futuros professores especialistas abre espaço para uma variedade de soluções e possíveis dialéticas dicotômicas, especialmente se não houver uma reflexão democrática sobre o equilíbrio necessário entre os aspectos, linguagens e competências de natureza médica e os territórios pedagógico-didáticos fundamentais. Lógicas de mediação tornam-se imprescindíveis, não somente entre professores curriculares e especialistas, mas também entre alunos com e sem deficiência, entre profissionais do setor socio-sanitário e operadores territoriais e familiares.

Os alunos com "necessidades educativas especiais" demandam não apenas um profissional designado para atendê-los, mas uma série de referências, auxílios e suporte distribuídos nos contextos escolares e sociais em que estão inseridos. Nesses ambientes, a competência macro do professor especializado deve emergir da perspectiva ecossistêmica de mediação, negociação e coordenação dos recursos disponíveis.

A reflexão sobre o conceito renovado de "apoio", caracterizado pela difusividade e evolução, deve incluir uma revisão do papel

inclusivo dos professores curriculares, que utilizam métodos de ensino flexíveis e multidimensionais em contextos ricos em oportunidades para todos os alunos. Portanto, é essencial atualizar as práticas tradicionais de ensino-aprendizagem. Isso não deve limitar-se à promoção de habilidades e competências técnicas, mas sim desenvolver percursos pedagógicos inovadores e de alto valor formativo, garantindo assim uma boa qualidade de vida para os "diferentes".

A inclusão deve ser o objetivo central ao considerar a complexa questão da formação, que abrange tanto professores especializados quanto curriculares. O professor especializado deve, antes de tudo, ser um professor inclusivo, enriquecido com competências adicionais que sejam úteis para promover, facilitar e negociar culturas, políticas e boas práticas no ambiente escolar e extraescolar.

Na complexidade do debate atual, onde parece iminente uma separação hiperespecialista no sistema de formação de professores, espera-se que os resultados em andamento não se restrinjam a reflexões que careçam de isenção a preconceitos, mas que orientem de forma responsável profissionais, associações e formuladores de políticas em direção a escolhas culturais emancipatórias. Essas escolhas devem respeitar as necessidades formativas das pessoas com deficiência e valorizar uma tradição histórico-cultural que sempre acreditou e investiu na inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2012. Disponível em: https: www.gov.br assuntos educacao -especial. Acesso em: 2 fev. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaedespecial.pdf. Acesso 12 fev. 2025.

FERNANDES, L. F. A Educação Inclusiva e a Formação de Professores: Desafios e Possibilidades. In: Revista Brasileira de Educação Especial, v. 25, n. 3, p. 312-329, 2019.

GASPARI, M. Competências e Formação de Professores Inclusivos: Desafios e Novos Caminhos. São Paulo: Texto. 2015

GOUSSOT, C. Educação Inclusiva e Formação de Professores: A Construção de Práticas Inclusivas. Rio de Janeiro: Educação e Sociedade. 2014

MANTOAN, M. T. E. A Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência. In: Educação e Inclusão: Diálogos Necessários. São Paulo: Cortez, 2003. p. 53-68.

MEDEGHINI, R.; Mazzoli, R.; Carrara, R. Inclusão e Diversidade: Práticas e Perspectivas. São Paulo: Cortez. 2013.

SILVA, M. Formação de professores para a inclusão. Educação em Revista, 2017.

XIMENES, L. Inovação e inclusão: a prática docente e suas transformações. Brasília: Editora do MEC, 2018.